



“PRECISAMOS FALAR SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL”: UMA SENSIBILIZAÇÃO COM A REDE DE DIRETORAS/ES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO/RS

Caroline Luiza Willig¹

Saraí Patricia Schmidt²

Resumo:

Este artigo é um deságue de pistas envolvendo as menstruações nas infâncias e adolescências, desembocando na formação docente por meio da articulação em defesa da dignidade menstrual no território escolar. Transborda inquietações a partir do sangue menstrual em contexto ocidental moderno, impregnado de conceitos biologizantes que arrastam menstruantes à correnteza da identidade única de mulher. Fazendo uso da cartografia, a pesquisa se ancora em vestígios que levam ao redemoinho da “pobreza menstrual” com a investigação de índices, mídias e realização de atividades formativas. O percurso envolve a sensibilização da rede municipal de diretoras/es de Novo Hamburgo/RS, que ocorreu por meio da palestra “Precisamos falar sobre Dignidade Menstrual”, ocorrida em 2022, emergindo questões distintas, entre elas o silenciamento da pauta no território escolar e falta de dignidade menstrual ou mesmo os imbricamentos da herança do “feminismo branco” em lutar pela emancipação, denotando a complexidade e urgência da temática.

Palavras-chave: menstruação, feminismos, dignidade menstrual, formação docente.

Abstract: This article is a culmination of clues involving menstruation in childhood and adolescence, leading to teacher training through articulation in defence of menstrual dignity in the school territory. It overflows concerns about menstrual blood in a modern Western context, permeated with biologizing concepts that drag menstruators into the current of a woman's unique identity. Making use of cartography, the research is anchored in traces that lead to the whirlpool of “menstrual poverty” with the investigation of indices, media and carrying out training activities. The route involves raising awareness among the municipal network of directors in Novo Hamburgo/RS, which took place through the lecture “We need to talk about Menstrual Dignity”, which took place in 2022, with different issues emerging, including the silencing of the agenda in the school territory and lack of menstrual dignity or even the overlapping of the heritage of “white feminism” in fighting for emancipation, denoting the complexity and urgency of the issue.

Keywords: menstruation, feminisms, menstrual dignity, teacher training.

¹ - Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, na linha de pesquisa Linguagens e Tecnologias

² - Doutorado (2006) e Mestrado (1999) em Educação na linha dos Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente dos Programas de Pós-Graduação Processos e Manifestações Culturais e Inclusão Social e Diversidade Cultural da Universidade Feevale.

Introdução

Aos poucos, têm se intensificado as discussões acerca da temática da dignidade menstrual no Brasil e no mundo. A situação de vulnerabilidade social ocasionada pelos estigmas (Willig, 2021), pela falta de conhecimento para lidar com o período, pela ausência de protetores menstruais, infraestrutura, insumos para higiene, dentro do contexto da sociedade ocidental moderna, ou impossibilidade de vivenciar a menstruação de acordo com sua tradição ou cultura, enfatiza a construção de mundo ocidentalizante, colonialista e patriarcal que fundamenta o projeto de estado-nação Brasil. Ela atravessa os espaços público e privado, a casa e a escola, quando se fala no principal grupo de pessoas (entre mulheres cisgêneras, homens transgêneros e pessoas não binárias que menstruam) atingidas pela falta de dignidade em menstruar - adolescentes não brancas que vivem em zonas rurais, periféricas e de difícil acesso.

Na escola pública a temática da menstruação tem espaço legítimo e curricular somente nas aulas de biologia, quando se estuda o corpo humano e a reprodução. A escola, entretanto, como uma instituição que é pilar do projeto de estado nação Brasil é um espaço tanto atravessado pelos colonialismos, quanto colonizante, mas é seu papel também trilhar caminhos diferentes deste, se mostrando um espaço de educação emancipatória, antidiscriminatória.

É neste contexto que desde 2019, a pesquisadora autora principal deste artigo, na condição de mestranda e atualmente doutoranda, e sua orientadora, co-autora do artigo e coordenadora do *Criança na Mídia - Núcleo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Cultura da Universidade Feevale*, têm se dedicado em levar o debate para os estudos da cultura, da mídia e da educação, culminando em atividades de formação docente junto da rede municipal de educação de Novo Hamburgo.

A primeira vez que a temática foi trazida para formação docente foi junto de todos os professores e professoras das séries finais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfinia Diefenthäler, onde o Criança na Mídia sediava suas pesquisas. Com o cenário do Covid-19, a pesquisa que antes seria realizada junto de adolescentes foi direcionada para o meio online, com o minicurso virtual *Estigmas do Sangue na Mídia e na Escola*,



ocorrido no segundo semestre de 2020, voltado para todos os professores e professoras das séries finais do ensino fundamental da escola.

Essa experiência me fez perceber uma série de problemáticas colonialistas, biologizantes e essencialistas, que fertilizaram um terreno até então pouco cultivado dentro dos estudos acadêmicos, resultando na dissertação *Tá de chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola* (Willig, 2021), trabalho pioneiro em abordar a temática com foco nas infâncias, mídia, cultura e educação, e que transbordou a urgência em se debater sobre menstruação na mídia, na cultura e no território escolar - eixos que desde então têm me acompanhado nas produções acadêmicas.

No primeiro semestre de 2021, a pesquisa desaguou na contribuição para a justificativa da Lei Municipal nº 3.306/2021, que prevê a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, por meio das escolas públicas municipais. Realizamos uma fala acerca da temática na Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo no dia de sua instituição, na presença das diretoras e diretores da rede municipal, visto que as escolas seriam o espaço de execução da lei.

Em 2022, o minicurso ganhou segunda edição, com conteúdos atualizados já do início do processo de doutoramento. A atividade formativa foi trazida de forma opcional e virtual a todos agentes da rede pública municipal de Novo Hamburgo, por meio do Convênio Educação Antidiscriminatória, firmado entre a Universidade Feevale e a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo, por meio do Criança na Mídia.

Em 27 de junho de 2022, foi realizada uma fala para as diretoras e diretores da rede municipal de Novo Hamburgo, com a temática “Precisamos falar sobre dignidade menstrual no território escolar”, também por meio do Convênio Educação Antidiscriminatória. A palestra integrou o circuito de encontros que lançou o convênio junto da rede municipal, intitulado *Educação antidiscriminatória já! Compromisso coletivo - mídia, discriminação e pedagogias culturais*, conforme explana a figura:



Figura 1: Material de divulgação da atividade formativa

Educação Antidiscriminatória já! (2021)

EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA JÁ!

COMPROMISSO COLETIVO MÍDIA, DISCRIMINAÇÃO E PEDAGOGIAS CULTURAIS

Público Alvo: Direção e Vice-Direção EMEI e EMEB e Equipe DIRET/SMED

Datas: 20/03 25/04 30/05
27/06 29/08 26/09
 31/10 28/11

Horário: 15:00 às 17:00min

Local: Auditório do Prédio Lilás (Salão de Atos - Feevale/Campus II)

Responsável: Grupo Criança na Mídia - Universidade Feevale

CONTATO:
 FEEVALE - criancanamidia@feevale.br
 saraischmidt@feevale.br

EMENTA:
 Potencializar as equipes para o desenvolvimento de uma educação Antidiscriminatória na rede pública municipal de NH, pautada na garantia dos direitos humanos e na (re)afirmação da pluralidade e da diversidade enquanto fundamentais para um território escolar saudável, acolhedor e potente. Buscar ferramentas teórico-práticas para construir caminhos possíveis para uma educação Antidiscriminatória. Já pensando de que forma as mídias (televisão, redes sociais, audiovisual, publicidade) podem ser construtoras e desconstrutoras de uma cultura heteronormativa e (anti)discriminatória. Pensar ferramentas culturais (midiáticas) que auxiliem pedagogicamente para a construção de uma educação e de um território escolar antidiscriminatório.

Fonte: Divulgação / Criança na Mídia

A atividade voltada para a dignidade menstrual foi realizada somente com diretoras e diretores da rede municipal, da educação infantil à educação básica - séries iniciais e finais, e seu intento foi de potencializar as discussões dentro da gestão das escolas públicas municipais com vistas em elucidar sobre a importância em avançar nos direitos humanos das pessoas menstruantes e coletar, por meio de um questionário qualitativo com perguntas fechadas, ponderações das/os gestoras/es provocadas pela discussão realizada.

No processo de doutoramento, como autora principal, tenho me atido a estudos da interseccionalidade e da cartografia enquanto teoria e metodologia, percebendo que a ancestralidade acadêmica já trazia pistas desta “sensibilidade”, em que eu desconhecia este saber e fazer, mas já exercitava sutilmente a percepção dos marcadores sociais da diferença como eixos de opressão articulados junto do gênero, como especialmente a questão do território, já que minhas experiências pesquisando menstruações e atuando junto da rede municipal de Novo Hamburgo fizeram emergir um pouco da complexidade



da menstruação e do útero enquanto territórios do corpo e do corpo enquanto território fluido, assim como a identidade social e cultural, ambos interconectados e situados num contexto maior, de casa, escola, bairro, cidade, estado, país, continente e mundo, atravessados pelos marcadores sociais da diferença permeados por (dis) cursos em constante (des) construção.

Percurso teórico-metodológico

Esta pesquisa mergulha na interseccionalidade (Akotirene, 2019); (Bilge, Collings, 2022); (Oyěwùmí, 2021) enquanto um veio que brota da busca pela não fragmentação das lutas antirracistas (historicamente machistas) e feministas (historicamente racistas), narrando o (r)existir sendo mulher negra dentro das teorias decoloniais. Esta é colocada como o sangue que flui por todo o corpo do trabalho, trazendo a menstruação como substância central na discussão que aqui se tece, afastando a discussão do feminismo branco que é cada vez mais referenciado como uma pesquisa situada tentando fazer uma referência ao todo, mas assumindo este lugar do qual eu falo no tempo-espço. De acordo com Bilge e Collins (2022), a interseccionalidade se mostra uma ferramenta importante para se situar pesquisas percebendo as confluências e influências em nível global sobre os marcadores sociais da diferença, que operam como eixos de opressão, movimentando os fluxos geopolíticos que chegam aos recantos mais distintos do globo em maior ou menor intensidade:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas [...]. (Bilge, Collins, 2022, P.35)

A cartografia (Deleuze, 1998; 2006a); (Guattari, 2006); (Kastrup, 2007; 2008; 2009); (Passos E Barros, 2009); (Hess, 2006) representa as veias, os canais por onde flui



menstruação e os percursos em devir por onde desagua a pesquisa e seus afetamentos, no intento de seguir pistas interseccionais dos territórios por onde vaza o sangue menstrual. Ambas consideradas teoria e metodologia, são vertentes pós-estruturalistas e foram escolhidas por dialogarem entre si no sentido de complexificar a discussão sem encerrar, universalizar ou fragmentar a temática, mas sim trazendo pistas interseccionais para pensar a dignidade menstrual no território escolar, por meio da formação docente.

Pensando A Sensibilização

Integrando o circuito de palestras com a temática “Educação Antidiscriminatória Já!”, anteriormente citado, e também sendo um veio que irriga a pesquisa de doutorado sobre dignidade menstrual, a palestra voltada para a rede de diretoras e diretores de Novo Hamburgo foi articulada no intento de sensibilizar, amparada pela interseccionalidade e dentro do contexto dos direitos humanos no território escolar:

Estudiosos, estudiosas e praticantes contemporâneos interessados na interseccionalidade demonstram em geral sensibilidades similares em relação às desigualdades sociais e aos problemas sociais causados por elas. Buscam análises de questões sociais que não apenas descrevem o mundo, mas tomam posição. Esses projetos costumam criticar injustiças sociais que caracterizam complexas desigualdades sociais, imaginar alternativas e/ou propor estratégias de ação viáveis para a mudança.”(Bilge, Collings, 2016, p. 89)

A sensibilidade analítica interseccional opera, segundo Bilge e Collings (2022), como uma capacidade de se afetar e permitir ser afetado/a/e pelas problematizações acerca da injustiça social e dos modernos aparatos colonialistas. Com isso, fazendo uso da cartografia, foram mapeados índices, revisões bibliográficas, teóricas e metodológicas, de mídia e produção de conhecimento e de ações que reverberaram no legislativo e executivo em nível municipal, estadual e federal, bem como em iniciativas de ordem civil, no intento de combater a pobreza menstrual, que integram as fases iniciais do processo de doutoramento.

Tais “pistas” acerca da dignidade menstrual foram selecionadas, analisadas e levadas para a atividade formativa, a fim de apresentar a complexidade da temática no que tange ao território escolar. Com o tempo de duas horas de duração, os quinze minutos finais foram utilizados para o preenchimento de um questionário e para a manifestação



das/os participantes da formação. A seguir, é apresentado o questionário semi-estruturado, com perguntas fechadas, de ordem qualitativa, cujo preenchimento foi opcional à plateia.

Figura 3: Questionário aplicado durante a sensibilização

EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA | Encontro 4

criancanamidia@criancanamidia.com.br Alternar conta

☞ Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

「 CRIANÇA NA MÍDIA 」 NÚCLEO DE ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA
Agradecemos sua disposição em contribuir respondendo esse formulário. O conjunto de respostas será tabulado e utilizado como subsídio para o Convênio Educação Antidiscriminatória da Feevale e SMED NH e analisado para fins acadêmicos. Os/as participantes não serão identificados/as nominalmente e se manterá o caráter confidencial e anônimo das informações. Os/as participantes são convidados/as para responder o formulário de forma espontânea e voluntária. As análises serão utilizadas como etapa das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura, com a coordenação e responsabilidade da pesquisadora Dra. Saraí Schmidt da Universidade Feevale. Assim, os resultados das análises do material estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos/as participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

Fonte: Elaborado pelo Criança na Mídia

Composto por seis perguntas de marcar, entre as opções “sim” e “não”, e uma pergunta descritiva, seu objetivo foi coletar dados do território de Novo Hamburgo, por meio da sensibilização das diretoras e diretores, que ocupam cargo central dentro da escola, uma vez que são os/as gestores/as das equipes docentes e demais funcionários/as que atuam dentro do ambiente escolar.

Outro motivador foi o fato de cada escola ter a autonomia de construir seu próprio projeto político pedagógico, conforme delibera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 12, 13 e 14, levando em consideração o que a própria comunidade escolar considera relevante em seu contexto. O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta que a comunidade escolar dispõe para realizar uma gestão democrática do



território escolar, conforme postula Santos (2013), é um documento que postula sobre práticas sociais, que historicamente diz respeito às práxis que se configuram em território escolar, refletindo a identidade e a forma de expressão, escolhas, posicionamentos políticos diante dos embates, complexidades e contradições que permeiam seu(s) contexto(s). Vasconcelos (2004, p. 169) defende que este se trata de um “instrumento teórico-pedagógico para intervenção e mudança da realidade”, sendo uma diretriz em constante mudança pois se dá num âmbito cultural.

O questionário da avaliação final do circuito de palestras “Educação Antidiscriminatória já”, aplicado ao término dos oito encontros, que continha uma pergunta para informar a presença, e uma questão descritiva, para informar os afetamentos a partir de cada uma das sensibilizações, também teve um trecho utilizado para endossar a pesquisa, referente à sensibilização do Encontro 4, que foi sobre dignidade menstrual. As respostas são utilizadas em conjunto com o questionário específico do encontro, para desaguar as pistas interseccionais do território hamburguense, que emergiram no percurso.

Por fim, como último recurso metodológico, o diário de momentos (Hess, 2006) foi utilizado para rememorar os afetamentos pessoais da pesquisa, as pistas que foram registradas e que puderam ser revisitadas junto das respostas dos/as participantes.

Pistas emergentes no fluxo da dignidade menstrual no território escolar

Iniciamos as análises trazendo as 24 respostas obtidas por meio do questionário de avaliação do Encontro 4 - “Precisamos falar sobre dignidade menstrual no território escolar”, em que 83,3% dos respondentes participou e, dentre esses, somente uma pessoa apontou a temática como irrelevante para ser discutida na escola - o que denota a questão da sensibilização, que é particular à história de vida e marcadores sociais que atravessam e constituem cada sujeito/a na esfera individual e coletiva.

Três respondentes informaram que embora seja interessante, a temática não condiz com a faixa etária e público atendido pelas Escolas de Educação Infantil, mas consideram importante a nível de informação e contextualização da realidade vivida por estudantes adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tal qual se evidencia pela resposta destacada a seguir: “Para a educação infantil o assunto não foi muito relevante,



mas podemos entender ouvindo os colegas de como funciona na RME e o assunto delicado como podemos abordar.”

As demais respostas trazidas à pesquisa por meio do questionário enfatizam a urgência em se debater a temática na escola, apontando para diversas esferas que a dignidade menstrual toca no que tange à justiça social e saúde pública e foram mobilizadas ao longo dos escritos em conjunto com as respostas descritivas do questionário aplicado ao término do encontro 4, formulado especificamente para coletar dados após a sensibilização.

Ao todo, foram obtidas 33 respostas do questionário referente à formação “Precisamos falar sobre dignidade menstrual no território escolar”, sendo 100% delas de profissionais atuantes na gestão das escolas públicas municipais de Novo Hamburgo. Com unanimidade, o grupo de participantes da formação respondeu que a formação atendeu às expectativas, suscitando afetamentos a partir do encontro e que tem potencial para contribuir com o trabalho pedagógico na escola.

90,9% dos/as respondentes destacou que percebe estigmas envolvendo a menstruação na mídia e escola e 81,8% destacou que percebe a pobreza menstrual, em nível de conhecimento e insumos, no território escolar. Estes dados, embora quantitativos não têm pretensão de serem analisados desta forma, mas são trazidos por serem considerados afetamentos da sensibilização, haja visto que os estigmas envolvendo a menstruação dialogam com as partilhas acerca da pobreza de conhecimento que envolve a temática, foram tema da dissertação de mestrado “Tá de chico? Estigmas do sangue na mídia e na escola”, autoria de Caroline Luiza Willig com orientação de Saraí Patrícia Schmidt e serviram para complexificar as discussões pautadas na atividade formativa.

A seguir, é apresentado o mapa dos estigmas menstruais, produzido para a segunda edição do minicurso “Estigmas do Sangue na Mídia e no Território Escolar” e para a palestra “Precisamos falar sobre dignidade menstrual no território escolar”, a partir das categorizações realizadas na dissertação. Cada um dos seis estigmas elencados durante a dissertação, sendo eles a categoria 1 *nojo ou sujo*, 2 *desconforto e falta de aceitação*, 3 *instabilidade e selvageria*, 4 *indisposição e inutilidade*, 5 *doença ou maldição*, 6 *vergonha e silenciamento*, 7 *feminilidade* suscitaram reverberações nas respostas aos questionários.

Figura 4: Mapa dos estigmas menstruais



Fonte: Elaborado pelas autoras

As respostas trouxeram percepções sobre questões de saúde, como a observação das diretoras e diretores sobre a menstruação ocorrer cada vez mais cedo:

Sim, é uma temática bastante importante. Eu particularmente, nunca gostei de menstruar. Lembro que quando menstruei pela primeira vez, minha mãe ficou feliz e eu não conseguia ver alegria numa situação assim, além de ser constrangedor em alguns momentos, quando o fluxo é intenso. Percebo as crianças ficando menstruadas cada vez mais cedo e até no brincar, as meninas ficam constrangidas. v

Percebo cada vez mais cedo meninas menstruando. Normalmente, começava a acontecer com as meninas do 5º ano em diante e neste ano, temos meninas do 4º ano menstruando. É uma fase de alegria para algumas, de vergonha para outras. Eu particularmente não gosto do período menstrual. (PARTICIPANTE, 2022)

Além dos estigmas menstruais, a questão da dignidade menstrual foi mais amplamente enfatizada, para além das questões culturais, ao longo da atividade formativa. Com a apresentação da análise menstruocentrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e achados do trabalho “Privadas”: uma interpretação interseccional do estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”, apresentado durante o Seminário de Pós-Graduação Feevale em 2021 (Willig e Schmidt, 2021), se pôde observar os atravessamentos socioambientais. O estudo foi o primeiro



publicado no Brasil que não foi financiado por uma empresa privada e foi problematizado a fim de denotar as raízes colonialistas que se interseccionam e tecem esse complexo emaranhado de violências, a partir de conexões entre as noções de público e privado e a falta de acesso a banheiros que ofereçam o mínimo de dignidade às pessoas que menstruam, privando-as de seus direitos. Já os ODS da ONU foram trazidos para se pensar os entrecruzamentos socioambientais como marcadores de diferença que também contribuem para a produção e manutenção de situações de vulnerabilidade social, a fim de melhor compreender este complexo emaranhado de violências na ausência de dignidade para menstruar.

Ambos os materiais, levados para a discussão com as gestoras/es das escolas, reverberaram em respostas que dão pistas de como o território hamburguense é desigual e complexo, bem como a sensibilidade de cada pessoa é única, revelando cada escola e resposta como realidades particulares, atravessadas pelas correntezas dos discursos e intersecções do território e contexto maior em que se inserem:

Na escola esse tema ainda é tabu, principalmente pelas famílias que muitas vezes não querem que nada relacionado seja exposto para os alunos. Acredito que deveria existir mais políticas públicas para termos um maior alcance na sociedade. (PARTICIPANTE, 2022)

Na nossa realidade de escola este tema é tratado com tranquilidade, normalidade. [...] Estamos atentos ao assunto, as meninas que menstruam conversam conosco, quando necessário, por algum descuido ou esquecimento, esquecem o absorvente, temos disponíveis para elas e nos procuram com tranquilidade. (PARTICIPANTE, 2022)

[...] devido a relutância das famílias sobre essas abordagens na escola, acredito que articular o tema nos conteúdos ciências sobre o aparelho reprodutor seja o suficiente. (PARTICIPANTE, 2022)

Achei muito importante, fiquei surpresa em relação que com todos os projetos sobre o tema nas escolas da rede, com toda a informação nos dias de hoje, ainda existam percentual tão significativo de estigmas em relação ao assunto. No currículo acho que não, as famílias ainda são resistentes, e pode ser trabalhado em ciências, com o aparelho reprodutor feminino. (PARTICIPANTE, 2022)

Enquanto em algumas realidades escolares, os/as gestores/as percebem uma facilidade para trabalhar a temática, outros/as encontram dificuldades, o que denota a diversidade percepções, sensibilidades, de territórios e contextos existentes na rede municipal de ensino de Novo Hamburgo. Ao mesmo passo em que há gestores/as que defendem uma maior incidência de políticas públicas para o combate à pobreza de



conhecimentos, de insumos e de saneamento básico, há aqueles/as que destacam, contraditoriamente, que devido aos tabus e relutância das famílias em abordar a temática, que articular a dignidade menstrual dentro das aulas de biologia - único espaço legitimado para a temática no currículo - está suficiente.

Emergiram situações de vulnerabilidade social, relacionadas à ausência de insumos e de políticas públicas, bem como questões estruturais como a falta de conhecimento para lidar com o período e a violência contra a mulher e a delicada situação de imigrantes venezuelanos/as que enfrentam, para além do preconceito cultural, o preconceito estrutural:

Um tema muito sensível e necessário, é urgente sensibilizar os profissionais da educação. Como escola de EI percebo estes estigmas de forma bem leve, no entanto, acompanhamos famílias com muitas necessidades, carentes de produtos de higiene. (PARTICIPANTE, 2022)

[...]Vários temas emergem dessa questão, o preconceito contra a mulher, os estigmas da TPM que contribuem a cada dia para os abusos e violências maiores ainda contra as mulheres. Para o machismo estrutural e outras tantas formas de discriminação na sociedade, ser mulher, ser pobre, ser negra, ser indígena, etc.[...] (PARTICIPANTE, 2022)

[...] Me recordei de quando eu por muitas vezes me senti frustrada com comentários machistas quando estava estudando, também das aulas que não participava de educação física... Mas o quanto também sinto que essa nova geração vai ter o privilégio de já ser pensado e refletido sobre a dignidade menstrual. [...] não devemos parar por aí, e sim cada vez mais trazer para sala de aula, para currículo, para a comunidade informações, debates, o conhecimento... enfrentando paradigmas e tabus. (PARTICIPANTE, 2022)

O curta-metragem “Carne”, de Camila Karter (2021), que retrata por meio de relatos de mulheres, o processo de cozimento da carne e as fases de amadurecimento do corpo feminilizado na sociedade brasileira. Ele possui uma narrativa pedagógica e integra outras fases da tese, e também foi exibido com fins de exemplificar os eixos da interseccionalidade como operantes que não são somados e sim articulados em conjunto, gerando opressões outras. Ele fez eco com os afetos de participantes:

Achei o curta apresentado impactante, cheio de diferentes e chocantes realidades. Penso que faremos rodas de conversas com as meninas dos quartos e quintos anos na nossa escola para falar sobre o tema. Também retomaremos a caixinha de absorventes do banheiro (PARTICIPANTE, 2022)



Me surpreendi com os vários relatos trazidos em um dos vídeos. O olhar também para as meninas, que muitas ainda são crianças e que logo menstruam e não têm informação e diálogo com seus familiares. (PARTICIPANTE, 2022)

É interessante observar também as conexões feitas com os apontamentos de violências estruturais que incorrem sobre menstruantes e lutar pelos seus direitos só é possível quando se tem conhecimento sobre eles. “A dignidade menstrual é um direito básico das mulheres, porém muitas ainda não têm conhecimento a respeito. É fundamental conscientizar nossos estudantes a respeito de um assunto tão importante”, destaca um/a dos/as participantes. Esta resposta evidencia a urgência em se aprofundar os direitos sexuais e reprodutivos na escola de forma transversal e não fixa em determinado espaço, o que outras respostas também destacam, com palavras semelhantes, enaltecendo a importância de suscitar o conhecimento sobre diversos temas envolvendo o corpo menstruante/feminilizado, para que a temática da menstruação esteja presente no cotidiano escolar e social, sendo trabalhada não somente com estudantes e professores, mas com a comunidade escolar. Esta ponderação dialoga com o percentual de 90,9% dos/as gestores/as que considera a temática "Educação Menstrual" importante para o currículo escolar e Projeto Político Pedagógico da escola.

[...] A cada dia que passa se torna cada vez mais necessário essas problematizações, colocar em pauta. Discutir amplamente com os estudantes, com a comunidade e com os docentes principalmente. Os próprios professores encontram desculpas para não abordar essas questões [...] (PARTICIPANTE, 2022)

As discussões deste encontro permitiram refletir sobre este assunto que é fundamental e faz parte do cotidiano da escola, é possível articular com a proposta da educação sexual onde os estudantes têm a oportunidade de estudar o que ocorre com o próprio corpo, bem como na proposta de pesquisa na escola. (PARTICIPANTE, 2022)

Durante a formação, também foram apresentadas conceituações sobre dignidade menstrual, pobreza menstrual, educação menstrual e visibilidade menstrual. Neste contexto, saltaram aos olhos - e ao coração - também algumas pistas de educação menstrual que já acontecem nas escolas, por meio das respostas. Algumas foram semeadas a partir das influências da trajetória do Criança na Mídia com a rede municipal de professores e professoras de Novo Hamburgo no que diz respeito à dignidade



menstrual e apontam caminhos para um percurso mais coletivo, afetoso e acolhedor, que desmistifica os tabus:

Teve uma situação em sala de aula, relatada por uma professora do 5º ano, onde a turma estava fazendo prova e alguns estudantes querendo escapar da avaliação pediram para ir ao banheiro e ela perguntou se conseguiram esperar até terminar a prova. Na sequência, uma estudante pediu para ir ao banheiro e avisou a professora que não dava para esperar e os meninos reclamaram pelo fato da professora ter deixado a estudante ir. Então, a professora explicou que algumas vezes, para as meninas, não dava para esperar, como quando está menstruada. Para surpresa dela, alguns meninos não sabiam o que era isso e ela aproveitou para explicar. Gerou um debate interessante na turma. (PARTICIPANTE, 2022)

Aqui na escola, no ano passado, desenvolveu-se um projeto que abordava, dentre outros temas, a dignidade menstrual. Com o avanço do fechamento do quadro de professores, este projeto será reintroduzido, pois se percebeu que as meninas sabem que é de direito a dignidade com este ciclo, procurando-nos para pedir absorvente, não tornando o tema um tabu. (PARTICIPANTE, 2022)

Emergiram também inspirações de ações futuras nas escolas, com as gestoras e gestores movimentados pela aproximação com a temática que a formação proporcionou e pelos relatos que vieram à tona durante o encontro, sobre ações já realizadas envolvendo a menstruação em algumas escolas. Estas evidências revelam a importância da informação para o combate aos estigmas e para a circulação de conhecimento com vistas em ampliar os horizontes de quem atua no território escolar, agentes de transformação social por meio da educação que precisam, antes de tudo, ser afetados para conseguir afetar o território escolar e fazer a temática avançar:

O trabalho sobre esse tema nos prepara para auxiliar as meninas nesse processo e criar um ambiente de respeito dentro da escola, por parte de todos. (PARTICIPANTE, 2022)

[...] Acreditamos que em 2023 se tivermos o 5º Ano seja parte importante para o currículo escolar. (PARTICIPANTE, 2022)

Esta formação já tinha sido realizada no ano passado, enquanto estava na coordenação da escola. A cada vez que discutimos e refletimos sobre o tema, novas proposições surgem. Deve ser um tema presente sim, no cotidiano escolar. Desmistificar é tarefa a ser realizada da/na escola. Estes momentos me são muito ricos. (PARTICIPANTE, 2022)

É preciso falar sobre este tema, quando fiz a formação Estigmas de Sangue, era coordenadora da escola e agora estou diretora, as reflexões me deixaram impactada e começamos a promover um grupo de escuta, primeiro com as meninas que já menstruavam para ouvir o que elas tinham como dúvidas, angústias e anseios. Na nossa realidade muitas meninas engravidam antes dos 15 anos e me dei conta que é preciso que os que não menstruam também entendam este processo natural, que ajudaria também na responsabilização sobre gravidez e anticoncepção. (PARTICIPANTE, 2022)

Dos caminhos que se cruzam, se desencontram e voltam a se cruzar, com novas reverberações e afetamentos, destacamos os seguintes relatos, que trazem duas pistas importantes - a de que sempre há o que aprender, reforçando a relevância da formação docente, e que a escola pode ser a redoma de acolhimento que vai possibilitar o encontro de menstruantes com seus direitos sexuais e reprodutivos:

Depois do encontro de hoje me vi pensando e refletindo sobre o tema e como a menstruação é tão impactante. É preciso aprofundar ainda mais. Pensar, ajudar, informar e dialogar com a comunidade escolar e com toda a equipe de profissionais da escola. (PARTICIPANTE, 2022)

Acredito que esse tipo de assunto deva ser comum entre os trabalhados em sala de aula. As meninas sofrem muito neste período, ainda temos aquelas que não são amparadas pela família e recebem as devidas orientações. A escola acaba assim, se tornando o único espaço para conversa e acolhimento. (PARTICIPANTE, 2022)

Queremos fazer do território escolar um espaço de acolhimento ou de opressão? Apostar na formação docente como uma forma não só de atualização e informação, mas como um espaço em que os educadores/as possam exercer a criticidade, o penso e estratégias para promoção da educação antidiscriminatória é um dos caminhos para a promoção da dignidade menstrual no território escolar. Conforme alguns relatos apontaram, este caminho se atém primeiro a uma reflexão junto de agentes de transformação social que integram o território escolar, para posteriormente se derramarem pelos territórios escolares: “O processo de mudança tem que começar em nós para então podermos sensibilizar os demais e isso só acontece com diálogo e muita reflexão”.

Encerramos as análises reiterando o fato de as pesquisas envolvendo dignidade menstrual articuladas pelo Criança na Mídia terem refletido não só na dissertação “*Tá de*

Chico?” *Estigmas do sangue na mídia e na escola*, mas também na justificativa da Lei Municipal nº 3.306/2021, aprovada em março de 2021, de combate à pobreza menstrual em Novo Hamburgo. O questionário utilizado para a coletar os dados da formação foi espaço para denúncias e cobranças referentes à lei, visto que as escolas receberam somente um repasse de absorventes no dia da promulgação da lei, vindo através de uma doação de uma rede de farmácias:

Acredito que o tema precise ser ainda mais discutido, apesar de que recentemente tenha inclusive se tornado lei a distribuição de absorvente nas escolas. Sobre a Lei ainda aguardando a efetivação da proposta. (PARTICIPANTE, 2022)

Preciso salientar que a lei criada que instituiu a distribuição de absorventes nas escolas não está sendo aplicada. Recebemos uma remessa de absorvente no dia da apresentação da lei e depois não mais. Como e onde podemos manifestar nossa indignação com esta situação? Na João, estamos recebendo muitas famílias venezuelanas que necessita de auxílio para necessidades básicas (alimentação, moradia, vestimentas para o frio) e as questões relacionadas às mulheres ficam em segundo plano. Para a nossa escola, faz grande diferença a aplicação desta lei. (PARTICIPANTE, 2022)

Foi citada durante a formação, a lei sobre a distribuição de absorventes, porém isto aconteceu somente no lançamento, uma vez, não seguindo conforme o previsto. (PARTICIPANTE, 2022)

Estes desabafos refletem um cenário maior e contraditório, de uma violência estrutural e atravessamentos do neoliberalismo e neocolonialismo nas políticas públicas. Muitos projetos de lei que tramitaram em nível municipal, estadual e federal não foram aprovados, ou após aprovados, encontraram implicações executivas ou de ordem financeira, conforme indícios apresentados no *Estado da arte para promoção da Dignidade Menstrual: avanços, desafios e potencialidades* (UNICEF; UNFPA, 2022).

A respeito desta realidade, percebe-se os atravessamentos neoliberais, conforme explicam Bilge e Collins (2022), quando estas mencionam a imensidão de políticas neoliberais que vêm atravessando os espaços de discussão em todos os espaços permeados pelo capitalismo, refletindo diretamente no bem-estar da população ao corromper a concepção destas políticas pela ideologia de que “o mercado, por si só, é mais capaz que os governos de produzir resultados econômicos justos, sensíveis e bons para todos” (Bilge, Collins, 2022, p. 39). Entre as políticas neoliberais e as políticas de



Estados de bem-estar social há um abismo de distância e diferença. Esta situação de cooptação de pautas das minorias, como a da dignidade menstrual, se dá por meio da “crescente privatização de programas e instituições governamentais, como escolas, prisões, sistema de saúde, transporte e forças armadas”, (Bilge, Collins, 2022, p. 39).

Com a efervescência do assunto na mídia, nos movimentos sociais e também por iniciativas privadas, os espaços políticos também viraram território de disputa para a “pobreza menstrual”, refletindo em políticas públicas esvaziadas de complexidades que não só querem se jogar nas correntezas do caudaloso rio das menstruações, como também buscam criar as barragens que buscam controlar o fluxo dos rios e também estreitar as margens à unificação de um caminho único para desaguar o sangue.

A passos largos, as menstruações se encaminham para os braços do neoliberalismo, especialista em reducionismo de pautas, quando se percebe as grandes corporações, empresas de ordem privada e produtoras de absorventes descartáveis não recicláveis, sendo as maiores beneficiárias das licitações com os projetos de lei executados:

Sob a lógica da ideologia neoliberal, empresas privadas que respondem às forças do mercado, não à supervisão democrática de cidadãos e cidadãos, podem, potencialmente, fornecer serviços menos dispendiosos e mais eficientes que o funcionalismo público. Segundo, a lógica do neoliberalismo defende a redução e, em alguns casos, a eliminação do Estado de bem-estar social. [...] Terceiro, a lógica neoliberal afirma que menos regulamentação econômica e mais comércio livre de restrições protegem os empregos. Essa ausência de regulamentação e entidades do tipo dos sindicatos deve produzir mais rentabilidade para algumas empresas e levar à criação de mais empregos. (Bilge, Collins, 2022, p.39)

A temática requer um debate mais amplo e complexo, com vistas em observar os desafios e as potencialidades das políticas públicas propostas, bem como outras iniciativas para a construção da dignidade menstrual de formas a manter as promessas do estado de lutar pelo bem-estar social.

Palavras finais

Para dar conta da discussão sem encerrar, mas sim com vistas em ampliá-la para os caminhos complexos que a menstruação pode nos levar, esta análise trouxe algumas pistas interseccionais e é narrada de forma a trazer à superfície destas águas profundas



sedimentos aos quais podemos nos agarrar e produzir conhecimentos - não de uma forma linear ou individualizada, mas com a oportunidade de coletivizar os achados e, neste fazer, construir caminhos possíveis para a desconstrução de colonialismos e a construção de dignidade menstrual no território escolar.

Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.
- COLLINS, P. H. BERGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. Rio de Janeiro: Ed. 34; 2008.
- DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34; 1997.
- LDB : *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. – Brasília: Senado Federal,. Coordenação de Edições Técnicas, 2017
- HESS, R. *Momento do diário e diário dos momentos*. In: Hess R, organizador. Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPURS; 2006. p.89-104.
- KASTRUP, V. *A aprendizagem da atenção na cognição inventiva*. In: Kastrup V, Tedesco, S, Passos E, organizadores. Políticas de cognição. Porto Alegre: Sulina; 2008. p.156-72.
- PASSOS E, BARROS R. *Por uma política da narratividade*. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L, organizadores. Pistas do método cartográfico. Porto Alegre: Sulina; 2009. Pista 8, p.150-71.
- OYÈRÓNKÉ, Oyewumi. *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, Julia Gabrieli Schmidt dos Santos. *O Projeto Político Pedagógico como ferramenta da gestão escolar democrática*. Monografia de especialização da Universidade Federal de Santa Maria, 2013. In:



<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/830/Santos_Julia_Gabrieli_Schmidt.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 out. 2023.

WILLIG, C. L. & SCHIMIDT, S. P. “Privadas”: uma interpretação interseccional do estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”. In: Seminário de Pós-Graduação Feevale, 2021. Anais [...]. Novo Hamburgo: Inovamundi, 14, pp. 2090-2100.

WILLIG, C. L. “Tá de chico?” Estigmas do sangue na mídia e na escola. Dissertação de mestrado da Universidade Feevale, 2021. In: <biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000043/0000434e.pdf>. Acesso em 12 out. 2023.